

PROFESSORES DE ESCOLAS ESTADUAIS: COMPREENSÕES ACERCA DOS PARCELAMENTOS DOS SALÁRIOS

Yohanna Breunig
Karine Vanessa Perez

RESUMO

O exercício da profissão de professor requer grande dedicação, empenho e capacidade de resiliência, tendo em vista os desafios diários com que os docentes se deparam no cotidiano escolar. Quando nos remetemos ao ambiente escolar, deparamo-nos com dificuldades enfrentadas pelos professores, principalmente quando nos referimos a escolas de rede pública. São diversos os fatores que atravessam esse meio, dentre eles a baixa remuneração financeira e os parcelamentos dos salários. Tais fatores acabam por influenciar no desempenho do professor em seu ambiente de trabalho, alterando sua dinâmica de prazer e sofrimento. Este artigo pretende abordar questões específicas referentes aos parcelamentos dos salários de docentes estaduais, perpassando algumas transformações no mundo do trabalho e na educação. Para tanto, foi feita uma pesquisa de campo qualitativa, realizada com oito pessoas de escolas estaduais do município de Santa Cruz do Sul, composta por entrevistas individuais, através da metodologia da Bola de Neve. Para análise e interpretação das informações, assim como para o embasamento teórico utilizamos os pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho (adaptação da metodologia *strictu sensu*, o que inclui a pré-pesquisa, pesquisa propriamente dita e validação). Sendo assim, foram elencados dois eixos acerca dos resultados e discussões, sendo eles: transformações no mundo do trabalho e na educação; e estado, parcelamentos e greves: cadê o salário do professor? Percebemos que ocorreram modificações no mundo do trabalho e no campo da educação com o passar dos tempos e que tem sido bastante priorizada a produtividade, em detrimento da qualidade do trabalho realizado. Da mesma forma, notamos que nem sempre as diretrizes formuladas condizem com o que é realmente executado na prática. Frente à crise econômica e a tentativa de restabelecer uma situação estável ao estado do Rio Grande do Sul o governo optou por cortar gastos, resultando no parcelamento dos salários dos docentes de escolas estaduais. Como consequência, os professores passaram a sentir-se desmotivados, tendo em vista a desvalorização de sua categoria, ocasionando em preocupações e falta de estímulo para trabalhar. Considerando que o reconhecimento constitui um fator essencial para que o sujeito se mantenha no trabalho e dê significado ao seu fazer, é importante que seja dada maior atenção aos docentes, visto que estes são fundamentais ao desenvolvimento de todos nós, alunos e cidadãos, contribuindo para a formação de sujeitos.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho. Educação. Parcelamentos. Reconhecimento. Trabalho Docente.

INTRODUÇÃO

O exercício da profissão de professor requer grande dedicação, empenho e capacidade de resiliência, tendo em vista os desafios diários com que os docentes se deparam no cotidiano escolar. Estes profissionais possuem ferramentas essenciais para a formação de um aluno, o qual poderá ter mais possibilidades no futuro, conforme a instrução que obtiver durante a escola, ou seja, se for bem preparado pelos seus professores, dentre outros aspectos.

No entanto, quando nos remetemos ao ambiente escolar, deparamo-nos, muitas vezes, com dificuldades enfrentadas pelos docentes, principalmente quando nos referimos a escolas de rede pública. São diversos os fatores que atravessam esse meio: a falta de recursos disponibilizados para a realização das tarefas propostas; a sobrecarga de trabalho; o despreparo de alguns professores ao se depararem com a realidade escolar; a multiplicidade de papéis que acabam por assumir; a pouca autonomia que lhes é dada; a falta de reconhecimento de sua profissão; e a baixa remuneração.

Todos estes fatores estão interligados e acabam por influenciar no desempenho e na realização profissional do professor em seu ambiente de trabalho, podendo gerar estresse e, em casos mais graves, prejuízos físicos e psicológicos. Este trabalho pretende abordar questões específicas referentes aos parcelamentos dos salários de professores de escolas estaduais do município de Santa Cruz do Sul, perpassando algumas transformações no mundo do trabalho e na educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo refere-se a uma pesquisa de campo qualitativa, realizada com oito professores de escolas estaduais do município de Santa Cruz do Sul/RS, os quais foram entrevistados individualmente, através da metodologia da Bola de Neve. (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Seu objetivo é identificar o impacto que os parcelamentos de salários no estado do Rio Grande do Sul têm causado aos docentes de escolas estaduais, como eles têm lidado com esta realidade atual e qual as suas percepções acerca de tais decisões tomadas pelo governo.

Para análise e interpretação das informações, assim como para o embasamento teórico utilizamos os pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho (adaptação da metodologia *strictu sensu*, o que inclui a pré-pesquisa, pesquisa propriamente dita e validação). A pré-pesquisa diz respeito à primeira fase da pesquisa, em que é feita a pesquisa documental, assim como os primeiros contatos com o campo que se pretende investigar. (DEJOURS, 2004). A pesquisa propriamente dita ocorre quando vamos, de fato, ao campo de estudo. Nesse caso, foi o momento em que realizamos entrevistas individuais semiestruturadas com os profissionais docentes. É nessa etapa que o contato com o campo se torna mais intenso, sendo muito importante nos atermos aos comentários verbais enunciados pelos entrevistados. (DEJOURS, 2004).

É importante que tenhamos nossa atenção voltada aos comentários verbais dos participantes da pesquisa, o que significa compreender tudo o que é enunciado pelos mesmos, assim como suas expressões, gestos, emoções, ou seja, o “não-dito”. Esses elementos serão essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, possibilitando reflexões

que servirão à análise e interpretação do material investigado. Por fim, há a validação e perlação (DEJOURS, 2004), as quais ocorreram durante a própria entrevista, em que os sujeitos tiveram a possibilidade de terem um espaço para falarem sobre o seu trabalho e sua relação com o mesmo. Desta forma, puderam dar-se conta de algumas questões, percebendo a importância da pesquisa.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando com os fins da pesquisa, ficando assegurada a preservação de suas identidades, a partir da utilização de nomes fictícios quando referimo-nos aos mesmos. A seguir será feita uma interlocução entre o referencial teórico e os comentários verbais enunciados pelos profissionais entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor explanação dos resultados e discussão das informações foram elencados dois grandes eixos, interligados entre si, sendo eles: transformações no mundo do trabalho e na educação; e estado, parcelamentos e greves: cadê o salário do professor?.A fim de ilustrar algumas das questões que serão discutidas, serão descritos alguns comentários verbais dos professores, condizentes à temática.

Transformações no Mundo do Trabalho e na Educação

Tanto o mundo do trabalho, quanto o campo da educação passaram por diversas modificações no decorrer dos anos, visto que a sociedade foi se desenvolvendo e tais organizações foram acompanhando essas mudanças (OLIVEIRA, 2006).Se nos remetermos aos primórdios da humanidade, perceberemos que o trabalho sempre se fez presente na vida das pessoas, sendo que inicialmente era desempenhado como modo de subsistência. (RIBEIRO; LÉDA, 2004).

Com o passar do tempo o trabalho foi sendo concebido de diferentes formas, passando por muitas modificações a partir da reestruturação produtiva. Esta proporcionou o avanço da globalização e do neoliberalismo, visto que foi um processo que evidenciou a necessidade de mudanças estruturais na área da produção e do trabalho, adotando novos modelos de organização e gestão. (NARDI, 2006; PRATA; PROGIANTI; DAVID, 2014).

Por outro lado, a reestruturação produtiva trouxe preocupações aos trabalhadores, tornando mais intensas as pressões no local de trabalho, gerando medos e incertezas aos profissionais assalariados, de quem se exigia qualidade e produtividade, além de propiciar a precarização do trabalho. Desse modo, Seligmann-Silva (2011) aponta que houve um crescente sofrimento social, visto que estes trabalhadores não estavam amparados por leis que assegurassem seus direitos. Esta mesma situação se aplica aos profissionais da

educação, que viviam os mesmos temores e só passaram a ter normas para a sua valorização profissional através dos princípios da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, atualizada em 1996. (OLIVEIRA; PIRES, 2014).

O objetivo dessas transformações tem sido (ou pelo menos deveria ser) propiciar melhores condições de trabalho aos profissionais, assim como buscar novas leis e regulamentações que amparem os docentes, elaborando diretrizes que explicitem seus deveres, mas também os seus direitos enquanto educadores. (OLIVEIRA; PIRES, 2014). Contudo, percebemos que muitas dessas transformações foram efetivadas apenas no “papel”, não sendo percebidas, de fato, na prática.

Ao mesmo tempo, ficam muito claras, a partir do relato dos professores, suas percepções sobre algumas destas transformações que têm ocorrido no meio escolar e na educação como um todo. Estes enunciam a questão do respeito ao professor como algo que vem se perdendo, visto que consideram que antigamente não só os alunos, mas também seus pais e a sociedade em geral respeitavam muito mais o docente, percebendo-o como uma figura que representava certa autoridade, um ser detentor de um saber e uma referência social.

[...] muito da questão da autoridade e de como era antigamente tá se perdendo um pouco com a modernidade e isso tá dificultando bastante [...] o trabalho do professor [...] antigamente nem é tão antigamente, vamos combinar, né [...] o professor era mais valorizado, mais respeitado e aí eu não digo nem em termos financeiros, né [...] ele era a autoridade em escola e agora infelizmente isso tá mudando pra pior, sabe (Amarilis).

Mas hoje em dia eu vejo, assim, que muitos assim ó, não confiam mais na ação do professor, na capacidade do professor (Orquídea).

A comunidade escolar já não vê mais o professor como aquela figura de autoridade que se via antigamente e que merece respeito (Margarida).

A compreensão de que o respeito pelos docentes já não é mais o mesmo nos leva a pensar em outro tópico que se fez presente na fala dos entrevistados e que se refere ao reconhecimento ou a falta do mesmo. E, nesse sentido, surgem duas questões interligadas: teria o reconhecimento do trabalho docente reduzido como consequência da falta de respeito e, portanto, se não há respeito, talvez não haja um olhar que possibilite o reconhecimento? Ou, por outro lado, teria o respeito diminuído justamente em função da falta de reconhecimento da sociedade frente à educação e aos docentes?

Esses questionamentos não necessitam de uma resposta imediata, mas nos levam a pensar sobre uma temática amplamente abordada pelos participantes da pesquisa e que certamente têm grande influência sobre o trabalho realizado pelos professores. Quando eles se referem ao reconhecimento surpreende o fato de os mesmos avaliarem que a sociedade em geral não demonstra a valorização da qual eles se consideram merecedores. Os

docentes apontam que falta um reconhecimento social e apoio às lutas pela educação, visto que na maioria das vezes há quem julgue as greves realizadas pelos professores, ao invés de “abraçar a causa”.

[...] eu sinto que a sociedade não tá muito a favor do professor nem apoiando o professor. Eu acho que até a questão salarial não é tanto como essa desvalorização da sociedade (Orquídea).

Questões como essas, que envolvem modificações no modo como tem ocorrido (ou não) o reconhecimento dos docentes e o apoio da sociedade acabam por interferir em sua motivação e interesse na realização de suas atividades. Desse modo, não podemos deixar de mencionar mais um aspecto presente na fala dos entrevistados e que, de certa forma, é consequência das transformações no trabalho. Esta diz respeito à percepção de que muitos professores já não pretendem seguir a carreira docente durante toda vida ou ainda refere-se à descrença de que as pessoas desejem tornarem-se professores.

Acho que tem uma grande desvalorização e eu acho que isso que faz muitos jovens, hoje em dia, não querer mais ser professor, porque professor não é mais respeitado como era antigamente (Orquídea).

[...] hoje não tem aquele negócio de “ah, eu vou me aposentar como professora do Estado” [...] os colegas que entram, os mais novos, surge um outro emprego melhor, eles tão caindo fora. Não estão ficando mais [...] há uma troca muito grande de professores hoje (Rosa).

Tais relatos vão ao encontro de alguns estudos (SILVA, 2006; PEREZ, 2012; CARLOTTO; PIZZINATO, 2013) que também demonstram a desmotivação para iniciar ou seguir a carreira docente, bem como a desistência de muitos professores, tendo em vista a falta de reconhecimento que tem crescido, sendo esse um dos aspectos que emergiram com as transformações no mundo do trabalho e, em especial, na educação. Lembrando que essa desistência assim como pode referir-se à efetiva saída do docente do seu local de trabalho, pode também remeter à desistência afetiva do trabalho, em que não há mais um investimento pessoal para a realização da tarefa.

Percebemos, anteriormente, que os docentes não recebem muito apoio quando fazem greve, sendo, pelo contrário, criticados e até mal vistos pelos pais dos alunos, que não têm onde deixar seus filhos. Pensando no momento atual em que se encontra a educação no Estado do Rio Grande do Sul, concluímos que as greves têm sido realizadas com o intuito principal de cobrar o seu direito básico, ou seja, salários em dia. Frente a essa situação em que os professores têm tido seus salários parcelados, demonstrando grande descaso por parte do governo, consideramos importante dedicar um espaço especial a essa temática, já que os docentes necessitam encontrar formas de sobreviver durante esse período sem prazo de expiração.

Estado, Parcelamentos e Greves: Cadê o Salário do Professor?

O estado do Rio Grande do Sul tem passado por uma crise econômica nos últimos anos, a qual afetou grande parte da população, em especial os servidores públicos. Isto ocorreu devido à decisão do governo de minimizar gastos, na tentativa de restabelecer uma situação estável ao Estado, o que resultou no parcelamento do salário dos professores. Entretanto, estes não tiveram poder de opinião sobre nenhuma das decisões que lhes afetaram, sendo obrigados a se sujeitarem às determinações estaduais.

Odelius e Codo (2002, p. 204) referem que em vista da lógica capitalista em que estamos inseridos, o Estado deve dar conta das despesas com diferentes setores, dentre eles o salário dos docentes, sendo capaz de equilibrar os gastos, pagando o mínimo necessário a cada trabalhador. Nesse sentido, os autores afirmam que “o Estado como patrão deve minimizar despesas, o que significa pagar o mínimo aceitável para os seus funcionários, e o trabalhador deve lutar [...] pela melhoria constante de seu salário e sua remuneração”. Assim como o Estado já tende a utilizar essa lógica de pagamento mínimo aos servidores públicos habitualmente, com a crise não seria diferente, gerando os parcelamentos anteriormente citados.

Sendo assim, os docentes precisaram adaptar os seus gastos e reorganizar sua agenda de pagamentos, o que gerou grande preocupação, já que além de não saberem quanto iriam receber, também não sabiam quando isso aconteceria. O receio ainda se mostrou elevado em relação às possíveis dívidas que poderiam surgir, caso não recebessem seus salários em dia, ocasionando o atraso no pagamento das contas, juros e possíveis empréstimos bancários.

Daí tu imagina, tu já tá recebendo a menos, já tá trabalhando mais, já tá sobrecarregada, daí chega o final do mês: parcelado, sabe. Graças a Deus que, que nem eu digo, a gente dá um jeito, mas eu que pago aluguel é complicado. Tem dias que tu tem que fazer um jogo de cintura enorme, né, de: como é que eu vou pagar o aluguel, se eu recebi 250? Sabe, não tem como... (Amarilis).

[...] foi terrível, assim, a questão dos parcelamentos, assim, foi bem grave assim, né [...] já começou com essas coisas assim de parcelamento de salário, ameaça de não pagar salário, não pagar décimo terceiro. E isso virou um terrorismobem grande, assim, né [...] a categoria toda viu isso como um terrorismo, assim, um modo de botar medo. E conseguiu, né. Tem muitos professores desistindo, saindo, se aposentando, enfim, professores com vários problemas financeiros, gente que tem empréstimo, né, enfim... (Hibisco).

[...] muito ruim esse terrorismo, de tu não saber o que vai acontecer, né, de não saber quando nem quanto eles liberam aquele calendário, que às vezes tu recebe 150 reais, daqui a pouco tu recebe 300, daqui dois, três dias [...] e aí, além de tudo, tu tem que ficar calculando aquilo pra ver se não faltou.

Então tu acaba até te perdendo, chega lá no fim do mês, tu ainda nem recebeu tudo, às vezes já e tu nem percebeu, né (Margarida).

Os docentes revelaram, em unanimidade, o descontentamento que sentem ao receberem seus salários parcelados. Sabemos que, infelizmente, o piso salarial da categoria já não é valorizado. Além disso, acontecem situações como essas descritas nos comentários acima, cujas despesas pessoais eles são obrigados a encontrar um jeito de pagar, sob o risco de “ficarem no vermelho”, como foi o caso de alguns. Ademais, chama a atenção o fato de determinados professores utilizarem a palavra terrorismo para identificar essa decisão do governo. Isso vai ao encontro do que outros profissionais também manifestaram a respeito dos parcelamentos, já que esta é uma medida que tem atingido muito servidores públicos do Estado e não apenas os professores.

Sabendo que todas essas questões envolvendo a categoria docente repercutem através da mídia, Galindo (2004) demonstra o quanto diferentes dispositivos, como jornais, podem transmitir ideias diferentes acerca das greves dos docentes, decorrente dos parcelamentos, dependendo do modo como escrevem a notícia. Enquanto alguns “[...] atribuem aos docentes características como: decisão, segurança, empenho [...]”, a partir do uso de verbos como “exigem, decidiram suspender, avaliam”, outros utilizam “reclama, corre o risco, faço apelo”, destacando “[...] a posição das autoridades ou da comunidade em geral, que de algum modo perdem com a greve” (GALINDO, 2004, p. 20).

O modo como estas informações são passadas para a sociedade podem produzir diferentes visões acerca da categoria docente, em muitos casos ideias errôneas e/ou generalizadas a respeito da luta dos professores por seus direitos. Isso pode gerar um sofrimento a estes, que não são respeitados por buscarem seus direitos, sendo ainda criticados e incompreendidos.

[...] tem ainda isso na sociedade, é passado isso pra sociedade [...] que nem a semana passada teve a paralisação, que a gente participou [...] o que aparece daí na mídia: “só tal e tal escola tão paradas”, né. Então o que isso parece pra sociedade: “ah, sempre os mesmos, aqueles que não querem trabalhar” [...] a sociedade tem essa visão, que o professor tá reclamando de barriga cheia, enquanto que a gente está reivindicando os direitos da gente... (Lírio).

[...] na última greve que teve uma ex-aluna nossa colocou: “é, tão de greve, mas se olhar na frente da escola, tá tudo os carro do ano”. Lógico que eu me ofendi, porque ela mora no bairro, a escola de referência dela é a nossa, porque ela estudou aqui, né. Eu disse: “tá, a gente trabalha, estuda, trabalha e a gente não pode ter um carro bom e ainda exigir o salário em dia?”. Então assim, esse tipo de coisa que me magoa, magoa mesmo, sabe (Gérbera).

Alguns professores acreditam que nada irá mudar enquanto os governantes não perceberem e derem a devida importância aos educadores, que são quem formam todos os profissionais e, acima de tudo, formam cidadãos. Aí aparece, novamente, a falta de compreensão da sociedade percebida pelos docentes, principalmente por julgarem os professores que fazem greve, pensando que estes “só querem reclamar” ou que não querem dar aula, sem perceber que eles estão lutando por seus direitos. Alguns docentes ressaltam que eles não fazem greve porque querem, muito pelo contrário, referem ser bem cansativo e desgastante fazer greve, mas consideram necessário.

[...] eu aderi a todas as greves desde que eu entrei no Estado. Eu já entrei, fiquei uns dois meses, já entrei em greve e não é assim porque eu gosto de fazer greve. Pelo contrário, assim, quando tem greve eu sempre penso: “putz, de novo”, né. É um negócio que cansa muito, né. Aliás, a greve deixa a gente mais cansado e abalado fisicamente e psicologicamente do que dar aula, porque dar aula tu vai lá, tu faz o teu trabalho, né, tu sabe fazer isso. A greve é muito imprevista e tal e é cansativa (Hibisco).

[...] ontem de manhã eu dei aula e foi uma aula bem boa e eu pensei assim: “poxa, agora entro em greve” e já fiquei assim: “eu não queria entrar em greve”. Mas eu sei que eu tenho que fazer, é uma questão didática, né, pedagógica e uma questão política [...] no sentido de: “eu tenho que lutar pelos meus direitos, mas eu também gosto de dar aula” e aí tem esse conflito. E isso também eu acho que torna muito essas nossas greves um pouco conturbadas, por causa disso, né, porque tem esse conflito (Tulipa).

Isso gera um sofrimento aos professores, pois percebemos a partir das entrevistas que eles se preocupam com os alunos e tentam dar o seu melhor, mas ao mesmo tempo veem a necessidade de lutar pelos seus direitos e então se deparam com um conflito. Este se torna maior justamente pelo fato de os docentes não receberem o devido apoio da sociedade, tendo que optar entre dar a sua aula e permanecerem coniventes com as decisões do Estado ou cancelarem as aulas e manifestarem-se a favor dos seus direitos.

Certamente há pessoas que entendem o lado dos docentes e conseguem apoiá-los, mas infelizmente uma grande maioria não tem pensado dessa forma, preocupando-se muito mais com seus interesses pessoais, como no caso dos pais e responsáveis que não têm onde deixar seus filhos quando há greve. No entanto, notamos outra dificuldade referente às greves, a qual se refere às divergências que às vezes ocorrem entre docentes e direção.

Castro (1998) descreve os dois lados que se colocam às direções das escolas, as quais devem optar se seguirão as normas estaduais e se manterão firmes, seguindo o calendário acadêmico, ou se irão apoiar os docentes, lutando também por direitos próprios, e liberá-los para participar dos protestos. O autor complementa que “[...] como elementos de confiança do sistema, obrigam-se a uma atitude prudente, não participando ativamente dos movimentos grevistas e tornam-se os portadores das mensagens ameaçadoras dos órgãos

administrativos”, sendo esta uma atitude que acaba gerando conflitos dentro do ambiente escolar (CASTRO, 1998, p.15).

Por outro lado, considerando que também são “[...] profissionais do ensino, eleitos por seus colegas e pelos pais, sentem-se no dever de apoiar os colegas [...] e lutar pelo seu salário que, apesar de ser um dos maiores da escola, encontra-se na mesma situação de defasagem” (CASTRO, 1998, p. 15). Deste modo, a direção da escola deve encontrar formas para lidar com essa situação, tentando entrar em um consenso com os trabalhadores, o que algumas vezes não acontece.

A Escola 1 não faz greve, não adianta. Hoje não é mais só a direção que não permite, os colegas também não querem mais fazer greve. Porque tem muitos colegas que têm uma visão diferente. Tem muito colega que é contratado, tem colega que quer tirar férias no verão, que não quer recuperar aula no verão. Então não adianta um, dois professores fazer greve numa escola tão grande (Rosa).

Eis que surge outra problemática alusiva às divergências entre os professores que concordam em fazer greve e aqueles que já desacreditam e veem a iniciativa como perda de tempo. Isso significa que uns irão defender que se paralise por alguns dias para fazer greve e lutar tanto por salários dignos, quanto pelo mínimo que esperam, ou seja, receber seu salário integral e sem parcelas. Entretanto, outros possuem uma visão mais pessimista e desacreditada frente à situação, questionando sobre “[...] as possibilidades de se conseguir algum êxito, manifestando total indiferença, como se a greve não fosse problema seu, dizendo que não vão a nenhuma manifestação, que a greve só atrapalha o calendário e não dá em nada” (CASTRO, 1998, p. 15-16).

[...] teve professor, assim, que não se indignou, que não ficou revoltado com a situação e não quis buscar uma maneira de reverter a situação e tal (Hibisco).

Toda essa função que os docentes têm vivenciado gera indignações, em que eles se sentem desvalorizados, acarretando em um sofrimento. Isso inclui os salários que não condizem com suas inúmeras atribuições, assim como os parcelamentos realizados pelo governo, que ocorrem desde 2015. Tal sofrimento resulta na desmotivação para trabalhar, sendo que esta questão do salário é um dos fatores, entre tantos outros, que podem levar ao sofrimento dentro da organização de trabalho.

Então ele atrasa à vontade e paga o que tem que pagar e deu. Se pagou hoje ou pagou em 10 vezes, o Estado é diferente (Tulipa).

[...] tudo vai contra a ideia que tu tem quando faz um concurso público, né (Margarida).

[...] às vezes tu traz muitos problemas pra dentro da sala de aula e que não são da sala de aula, porque tu não tem dinheiro pra pagar tuas contas [...] tudo isso influencia. Se a gente tivesse uma valorização salarial melhor, seria a profissão perfeita, assim, porque ela é gratificante, mas pouco valorizada [...] Se não fosse isso, eu acho que seria ótimo. Muita gente procuraria a profissão do professor (Hibisco).

[...] as coisas tudo vão subindo e o salário da gente tá defasado e isso é fato, né. Então isso é um fator, assim, que desmotiva bastante. Se a gente fosse um pouco melhor valorizado, com certeza a gente estaria bem mais animado pra trabalhar (Lírio).

Tais comentários refletem o quanto a questão salarial, em especial os parcelamentos, tem impacto não só na vida pessoal dos docentes, mas na própria atuação profissional, o que é compreensível, pois como alguém pode ter motivação para trabalhar, quando não recebe pelo trabalho realizado, tendo que encontrar meios provisórios para a sua subsistência? Esta é apenas uma (mas não menos importante, pelo contrário) das características que perpassam a organização do trabalho e que permeiam o trabalho realizado pelos docentes. Mereceu o nosso destaque sobre as transformações no mundo do trabalho e da educação, visto que os parcelamentos dos salários têm sido uma situação peculiar e atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa, constatamos que houve muitas modificações no mundo do trabalho e na educação, em que se tem aumentado a exigência por produtividade e, muitas vezes, a qualidade não é priorizada. Algumas leis e diretrizes têm sido criadas com a intenção de melhorar as condições de trabalho, entretanto poucas são realmente efetivas na prática. Ademais, nos deparamos com a visão dos docentes de que antigamente sua categoria era mais valorizada e reconhecida, visto que a sociedade os respeitava mais e os viam como figuras de autoridade.

Tendo em vista que o reconhecimento constitui um fator essencial para que o sujeito se mantenha no trabalho e dê um significado ao seu fazer, transformando o sofrimento em prazer, é importante que seja dada uma atenção maior ao trabalho docente. Esse reconhecimento diz respeito tanto à valorização dos professores por meio de elogios, por exemplo, quanto pelo próprio salário, que além de não ser compatível com o esforço dispendido por aqueles, ainda tem sido parcelado no Estado do Rio Grande do Sul.

Este foi justamente o nosso foco de discussão por dizer respeito a uma situação atual, evidenciando a falta de consideração do governo, que acabou por prejudicar uma grande camada da população, de servidores públicos, que tiveram que enfrentar essa instabilidade financeira. Por fim, devemos refletir sobre como os docentes são fundamentais

para o desenvolvimento de todos nós, alunos e cidadãos, e merecem ter o seu esforço valorizado, para que sigam atuando na área e contribuindo para a formação de muitas pessoas.

REFERÊNCIAS

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO. Curitiba, PR, *Anais...* 2011, p. 329-341. Disponível em: <http://www.educere.br/uc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

CARLOTTO, M. S.; PIZZINATO, A. Avaliação e interpretação do mal-estar docente: um estudo qualitativo sobre a Síndrome de Burnout. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v.13, n.1-2, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482013000100008>. Acesso em: jun. 2017.

CASTRO, Magali de. Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, v.24, n. 1, p. 9-22, jan./jun., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100002>. Acesso em: jun. 2017.

DEJOURS, Christophe. A metodologia em psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Orgs.). *Christophe Dejours: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho. A construção da identidade profissional docente. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 24, n. 2, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932004000200003>. Acesso em: abr. 2017.

NARDI, Henrique Caetano. *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ODELIUS, C. C.; CODO, W. Salário. In: CODO, Wanderley (coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. *Ciência & Cognição*, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, p. 27-41, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v07/M31677.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

OLIVEIRA, L. J.; PIRES, A. P. V. Da precarização do trabalho docente no Brasil e o processo de reestruturação produtiva. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 73-100, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/17128>>. Acesso em: maio 2017.

PEREZ, Karine Vanessa. “Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho que a gente foi deixando ali”: Clínica da Psicodinâmica do Trabalho na atividade de docentes no ensino superior

privado. 2012. 251f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PRATA, J. A.; PROGIANTI, J. M.; DAVID, H. S. L. A reestruturação produtiva na área da saúde e da enfermagem obstétrica. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 1123-1129, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-01123.pdf>. Acesso em: maio 2017.

RIBEIRO, C. V. S.; LÉDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. *Estudos e pesquisa em psicologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 76-83, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n2/v4n2a06.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Emília Pereira da. Burnout: por que sofrem os professores?. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jul. 2006. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v6n1/artigos/PDF/v6n1a08.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.